
LITERATURA INFANTIL E ESTÉTICA DA RECEPÇÃO: LIÇÕES DA HISTÓRIA

*Regina ZILBERMAN*¹

RESUMO: O presente artigo mostra a literatura infantil no Brasil, nos séculos XIX e XX. No século passado, as obras tinham um caráter moralizador: preocupavam-se com a formação moral e cívica da criança. A partir de 1894, observamos a passagem da literatura oral para a literatura escrita. Surgem autores e obras que colocam em livros, as histórias comuns da tradição oral. A preta velha, que contava histórias para os filhos e netos dos patrões, é substituída pela figura do narrador, na literatura infantil moderna, embora permaneça como importante personagem.

UNITERMOS: Livros para crianças; literatura oral; público e mercado; escola e família; literatura infantil; narrador; estética da recepção.

Um dos primeiros livros destinados às crianças a circular no Brasil² deve ter sido o *Tesouro dos meninos*, segundo Maria Beatriz Nizza da Silva (1978, p. 117), obra traduzida do francês por Mateus José da Rocha.³ John Luccock, comerciante inglês que viveu no Brasil entre 1808 e 1818, comenta a natureza dessa publicação:

A imprensa licenciada (...) produziu mais algumas obras úteis (...). Entre estas, estimamos como a de maior valia, o “Tesouro dos Meninos” que trata de “Moral, virtude e boas maneiras”.

¹ Prof.^a Dr.^a da PUCRS - Pontifícia Univ. Católica do Rio Grande do Sul. 90619-000 - Porto Alegre - RS.

² Em Portugal, podem-se citar pelo menos outras duas obras anteriores, também destinadas às crianças: de 1798, é a *Coleção de histórias, anedotas, fatos, fábulas, diálogos, cartas e dramas*, em três tomos, “traduzidos dos melhores autores franceses para instrução da mocidade de ambos os sexos” e publicado, em Lisboa, pela Tipografia Rollandiana; e *Leituras úteis e divertidas*, publicadas por Antônio Manuel Policarpo da Silva e editadas em Lisboa pela Oficina de João Rodrigues Neves. Cf. Rodrigues (1951).

³ Em 1836, essa obra foi publicada pela Tipografia Pillet Ainé; composta originalmente por Pedro Blanchard, chamou-se nesse ano *Tesouro dos meninos: Obra Clássica dividida em três partes: moral, virtude, civilidade*, “vertida em português e oferecida à mocidade estudiosa, por Mateus José da Rocha”. Cf. Ramos (1972).

Com muita propriedade foi ela dedicada a Dom Miguel, segundo filho do Rei, pois que não há menino que tanto necessite dos seus ensinamentos como esse; sua educação foi mui limitada e infeliz. (Luccock, 1975, p. 379-380)

A observação de John Luccock, indicando que a obra trata de “Moral, virtude e boas maneiras” e de que é apropriada para D. Miguel, o rebelde que, adulto, destronou a irmã, D. Isabel Maria e mais tarde desafiou o irmão, D. Pedro, sugere o pendor fortemente educativo do texto.

O livro que a impressão Régia publicou tinha outro nome: chamava-se *Leitura para meninos*, e, conforme o catálogo de Alfredo do Vale Cabral (1881), continha “uma coleção de histórias morais relativas aos defeitos ordinários às idades tenras e um diálogo sobre a geografia, cronologia, história de Portugal e história natural”. A primeira edição data de 1818, e o responsável pelo livro, provavelmente seu autor, conforme Vale Cabral, é José Saturnino da Costa Pereira, irmão do jornalista exilado Hipólito José da Costa e intelectual ativo nesse período em que a Corte portuguesa habitava as terras brasileiras.

Tratava-se provavelmente de outra obra, que compartilhava com a primeira a finalidade educativa, sobretudo moralizante, e a apresentação de histórias fictícias a serem contadas às crianças. Surpreendente é o fato de o livro *Leitura para meninos* ter sido várias vezes reimpresso e não muito tempo depois do aparecimento da primeira edição: Cabral registra as reedições de 1821,⁴ 1822 e 1824, fato quase inusitado em sua pesquisa sobre a Impressão Régia, depois Imprensa Nacional, que raras vezes relançava mesmas obras.

O fato é tanto mais surpreendente, quando lembramos que, seja nesse período em que o Brasil ainda era colônia de Portugal, seja logo a seguir, conquistada a Independência, nem a educação das crianças era obrigatória, nem era disseminada a instrução entre a população. Pelo contrário, desde os constituintes de 1824 até o final do Império, multiplicaram-se as queixas de que era deficitário o estado da educação e da instrução da infância em todo o

⁴ A edição de 1821 apresenta ligeira diferença no título: denomina-se *Leituras para os meninos*, “contendo um silabário completo, uma coleção de agradáveis historietas próprias à primeira idade e um diálogo sobre a geografia, cronologia, história de Portugal e história natural ao alcance dos meninos”. V. Cabral, Alfredo do Vale. op. cit.

país, mesmo nas áreas mais adiantadas e civilizadas, como a Corte no Rio de Janeiro.

Mesmo assim, *Leitura para meninos* encontrou seu público, talvez entre os adultos que procuravam livros para ensinar as crianças a ler e adquirir bons modos e padrões morais, e isso numa obra provavelmente adequada à faixa etária dos consumidores infantis. Percebe-se de imediato como se misturam certas metas: o livro não é necessariamente escolar, porque contém “histórias morais”; mas lida também com conteúdos típicos de disciplinas curriculares: geografia, cronologia, história de Portugal e história natural.

Podendo ser considerado, como faz Rubens Borba de Moraes,⁵ literatura infantil, o livro, de certo modo, sintetiza o que então se entende como pertencente a esse gênero:

- dirige-se a um público definido, que vai tomando forma e, à primeira vista, já impõe sua presença no mercado de livros;
- lida com matéria ficcional, mas esta tem intuito educativo;
- convive com conteúdos científicos, característicos do currículo escolar.

A imposição paulatina desse novo público pode ser percebida em outros pontos. A *Notícia do catálogo de livros*, de 1811, anuncia no estoque do livreiro Manuel Antônio da Silva que se encontram à venda livros didáticos destinados ao ensino de retórica, gramática e matemática, adequados ao currículo escolar da época: *Alfabeto para instrução da mocidade*, *Arte Poética de Horácio*, por Cândido Lusitano, *Cadernos para meninos de somar, diminuir e multiplicar*, *Coleção de cartas para meninos*, *Compêndio de Retórica*, *Elementos de Aritmética*, de Rego, *Elementos de Sintaxe*, *Gramática Latina*, *Gramática portuguesa, instrução da Retórica* (2v.), *Instrução literária*, *Regra para a educação dos meninos*, *Retórica de Gilbert*, *Retórica de Quintiliano*, *Tabuada para meninos e Tratado de*

⁵ “A literatura infantil surge, em 1818, com uma obra que fez sucesso, pois foi reimpressa em 1821, 1822 e 1824. É um “livro de leitura”, como se dizia antigamente: *Leitura para os meninos*... A obra saiu anônima, mas é de José Saturnino da Costa Pereira, irmão de Hipólito da Costa.” (Moraes. 1993, v. 1, p. XXIX)

educação física e moral.(Silva, 1811) O *Catálogo de obras que se vendem na loja de Paulo Martim*, segundo Hallewell (1982) o principal livreiro do período, alardeia o material que veio “no último navio de Lisboa”,⁶ onde consta *Leituras juvenis e morais*, livro destinado provavelmente à formação das crianças.

Que o público infantil começava a tomar forma nesse início do século XIX indica-o também outra iniciativa da Impressão Régia: em 1814, foram publicadas as *Aventuras pasmosas do célebre Barão de Munhausen*. O problema consistia em estabelecer que tipo de livro convinha escrever; Almeida Garrett, intelectual português que tão profundamente influenciou os românticos brasileiros, oferece sugestões em seu *Tratado de educação*, obra datada de 1829.

Almeida Garrett (1904, v.1, p. 281) subdenomina a obra “Cartas dirigidas a uma senhora ilustre encarregada da instituição de uma jovem princesa”, escolhendo o gênero epistolar para apresentar suas teses sobre a educação das crianças. No interior do texto, contudo, declara que “o meu livro não é um tratado de educação de príncipes, é um tratado de educação geral, que em sua generalidade até essa espécie compreende”, sugerindo o alcance maior que pretende dar às idéias. Na “Introdução”, observa com ênfase que *nenhuma educação pode ser boa se não for eminentemente nacional* (p. 283.Grifos do autor.), reforçando a impressão de que o tratado ambiciona atingir, pelo menos, o público português. Não por outra razão critica mães e pais que entregam os filhos respectivamente a uma ama de leite ou “ao cuidado não menos mercenário de um pedagogo, de um diretor de colégio.” (p. 285)

O *Tratado de educação* tem como meta constituir o padrão para uma pedagogia da infância portuguesa, supostamente ausente naquele país. Somente por meio de um sistema organizado de ensino a educação cumpre seus objetivos, que é o de fazer “um membro útil e feliz da sociedade”; para tanto, cabe “formar o corpo, o coração, e o espírito do educando.” (p. 285) Eis porque ele chama a atenção primeiramente para os cuidados físicos e corporais a serem levados em conta; examina a seguir as relações familiares, para enfim indicar as disciplinas principais que

⁶ Catálogo de obras que se vendem na loja de Paulo Martim. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1822.

constituem a massa de conhecimentos a transmitir. Destaca a Gramática, que fornece a base da educação do espírito, e a Aritmética, julgada “o rudimento imediato da educação elementar.” (Garrett, 1904, p. 293)

Outras disciplinas selecionadas são: a Geometria (euclidiana); as línguas clássicas, que ocupam lugar eminente, pois é preciso saber grego e latim, para conhecer os clássicos e escrever bem (“é tão impossível escrever bem em português, em castelhano, em inglês, em qualquer das línguas do ocidente da Europa sem saber grego, e principalmente latim”); (p. 294) as línguas modernas, destacando que “o estudo do próprio idioma é mais necessário que o de nenhum dos outros,” (p. 294) sendo que “para estudar a língua materna e aperfeiçoar nas estranhas não há senão um meio, que o estudo das literaturas respectivas” (Garrett, 1904, p. 294), e a história, matéria “mais essencial ainda”, já que “a história não é só necessário elemento da educação intelectual, também o é da moral”(p. 294).

A valorização da história tem a ver com a escolha dos livros. Para Garrett, “deve ser pois um livro de história o primeiro que aos meninos se dê; não história metódica e seguida, mas conforme disse, uma coleção de fatos e ditos, e de vidas, de varões célebres, bem e singelamente contados em linguagem casta e fluente.”(p. 312) Descreve a seguir o modelo que elege:

*Eu por mim creio que nem Plutarco, que é só biógrafo da Antigüidade, nem um Plutarco moderno, em que se juntassem com os varões ilustres de então os dos tempos de agora, devia ser o primeiro livro do educando. Fatos memoráveis soltos, é que devem compor a primeira parte dessa nossa antologia moral; na segunda virão mui propriamente as vidas inteiras, mas resumidas, de homens célebres, antigos e modernos: essa sim, essa deve ser um **Plutarco da mocidade**, se permitem a expressão, no qual em vez de fatos de história destacados, tenhamos já a narração seguida de uma vida toda. (Garret, 1904, 317). Os grifos são do autor.*

O *Plutarco da mocidade*, ainda que próximo do modelo moralista que vigorava, estava, todavia, longe do alcance das crianças, pelo menos no Brasil, onde as idéias de Garrett costumavam florescer e influenciar intelectuais. É o que sugerem pronunciamentos de escritores

da época, que alertam para a falta de livros indicados para o público infantil, dentro ou fora da escola. O relatório que Gonçalves Dias, em 1862, fez ao Imperador, após visitar as províncias do Nordeste, é sugestivo da carência verificada no país inteiro:

Um dos defeitos é a falta de compêndios: no interior porque os não há, nas capitais porque não há escolha, ou foi mal feita; porque a escola não é suprida, e os pais relutam em dar os livros exigidos, ou repugnam aos mestres os admitidos pelas autoridades. Voltando ainda a Bahia, (...) estão admitidos somente estes: a gramática, aritmética e moral de Monteverde, o catecismo de Fleury, e a caligrafia de Vanzeller, de que se não poderão litografar exemplares. Qualquer que fosse o fundamento da escolha é certo que o Conselho da instrução, que foi quem a propôs, esqueceu-se de um livro para leitura; e se alguns professores remediaram este inconveniente, adotando com melhores razões o bom Homem Ricardo e Máximas de Franklin, outros, a maior parte, obrigam os meninos a ler pelo catecismo, livro impróprio para leitura por ser escrito em perguntas e respostas; esqueceu-se o Conselho de que a impressão de cartões para escrita e aritmética, de silabários e de frases, seria mais cômoda e de mais proveito à instrução; não pensou em que as nossas litografias não podem ainda tirar bons traslados, motivo por que se estragou a caligrafia de Vanzeller, e não há modelos de escrita nas escolas; não atendeu a que não há livros, pelos quais se dê lições de leitura manuscrita, de modo que se o professor quer dar remédio a esta falta, exige que os alunos tragam cartas, e como estas não podem ser idênticas, também não pôde haver o emprego do método que a lei recomenda; em último lugar foi injusta para com os professores, autores da Bahia; que, segundo ele, “levarão sempre em mira o lucro, e nunca a sua capacidade literária”. Não mereciam tão acre censura aqueles que levados por um estímulo digno de louvor confeccionavam compêndios sobre que recaísse algum dia a atenção do Conselho, que os devera favorecer; foi injusto, dando preferência à gramática de Monteverde, quando as há melhores na Bahia, e não uma, senão algumas, a de Martezão, a de Felipe Alberto e a de Gentil; há tão boas gramáticas como a de Monteverde, e em igualdade de circunstâncias era justiça premiar o nobre esforço desses autores em vez de os injuriar, além de os desfavorecer. Resultou que a gramática de Monteverde é adotada

*nas escolas para exercícios de leitura, e pessimamente; porque a impressão, como de outras, dizia o Conselho, está cheia de vergonhosos e grosseiros erros.*⁷

O Relatório levanta duas questões importantes:

- referindo-se à falta de livros, denuncia igualmente a inadequação dos que circulam;
- chama a atenção para a lucratividade do mercado emergente e o interesse dos autores nacionais de participarem dele.

Relativamente a esses pontos, são também enfáticas as notas que o poeta romântico Francisco Otaviano colocou no *Jornal do Comércio*, de 1851, descrevendo a situação brasileira do livro infantil na abertura da Segunda metade do século XIX:

*As inteligências precoces são exceções: convém que os meninos tenham em mãos livros escritos por homens entendidos e que podem raciocinar livremente. Em Inglaterra, de Goldsmith para cá, escrever e publicar livros para crianças (**children books**) têm sido um manancial de grandes lucros; e em França não só muito se há cultivado este ramo de literatura, **mas ainda o próprio governo tem protegido a criação de revistas, gazetas, e livros tendentes a ilustração dos mestres e de alunos.** Este assunto merece toda atenção. Temos visto livros dedicados à instrução da infância, **cujo contexto é de um excessivo pedantismo; outros, viciosos no método ou de estilo fastidioso, narcotizam o leitor em vez de provocar-lhe a curiosidade.** Em 1850 nas escolas da Corte, a leitura das “Fábulas” de Esopo, foram, em geral, substituídas pelo “Tesouro dos meninos”, e finalmente pelo “Simão de Nântua” de Jussieu.⁸ Concordo que qualquer desses dois últimos livros contém lições de moral a mais pura; mas não sei se é um apego às reminiscências da infância, que me faz preferir ao livro do filósofo*

⁷ O relatório de Gonçalves Dias está reproduzido em: Moacyr, Primitivo (1939, v. 2, p. 525-526)

⁸ *História de Simão de Nântua, ou o mercador de feiras* (título original: *Simon de Natua, ou le Merchand forain, de 1812*), de Mr. de Jussieu, foi traduzida por Felipe Ferreira de Araújo e Castro, sendo publicada em Paris, em 1830. Em 1837, foi reeditada pela Tipografia da Viúva de J. A. S. Rodrigues, com a indicação de tratar-se de “nova edição aumentada de uma tradução literal para os que começam a estudar as línguas portuguesa e francesa e das obras póstumas de Simão de Nântua.” Cf. Ramos, Vitor. *A edição portuguesa em França* (1800 – 1850). Repertório geral dos títulos publicados e ensaio crítico. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1972.

escravo (Esopo). O que é verdade é que as boas fábulas são muito recomendáveis; enquanto os outros livros se esforçam por demonstrar um fato, as fábulas ensinam um princípio, e tanto mais seguramente quanto o menino é doutrinado, sem o perceber, por meio de um exemplo trivial de que ele vai por si mesmo tirar a conclusão, que vem a ser uma máxima para a vida. Na província do Rio de Janeiro há alguns compêndios elementares compostos pelo padre José Policarpo. Mandou-se imprimir as poesias sacras do padre Caldas para uso das escolas. Creio, porém, que esse monumento clássico da linguagem é próprio para as aulas secundárias de gramática e de eloquência, mas não as escolas cujos alunos reclamam leituras adaptadas à sua inteligência e à ciência de seus mestres. Poucos professores primários se hão de achar no Brasil que possam lecionar devidamente uma ode do padre Caldas. Na Inglaterra não se dá às crianças um livro desta ordem. As traduções e compilações são apropriadas ao seu desenvolvimento intelectual presumível. Há livros para crianças de Mrs. Henan, as histórias do Evangelho de Mrs. Barrow; a obra-prima “Jornada do Peregrino” de Bunyan, e muitas outras deste gênero. E não é só nas gramáticas, tratados de geografia, de história nacional, e contos próprios unicamente para a infância. Dá-se o mesmo fato na França e na Alemanha. Os contos populares de Grin (sic) são muito conhecidos.⁹

Constata-se nas reivindicações e reclamações transcritas que certas idéias coincidem :

- cabia atender, com propriedade e respeito às suas singularidades, o público infantil, emergente, porém capaz de impor suas regras no mercado;

- não se devia abrir mão do pendor pedagógico do livro, seja ao criar novos textos, como o *Plutarco da mocidade*, de Garrett, seja ao recuperar a tradição das fábulas ou outros modelos de narrativa oral.

Um terceiro aspecto é digno de referência: nenhum desses autores admite a circulação do livro para crianças fora do contexto escolar, induzindo à assimilação entre os dois presumíveis gêneros, o didático e o infantil. Não por coincidência, quando o governo trata de

⁹ Notas tomadas aos “Ensaio administrativos”, de Francisco Otaviano, publicados no *Jornal do Comércio*, 1851. Reproduzidas em: Moacyr, (1939, v. 2, p. 561 – 562).

suprir as escolas, marcham em parceria para as classes de estudante obras de ficção, como o popularíssimo no século XIX *Contos*, do Cônego Schmid, catecismos e compêndios de gramática, aritmética e outras disciplinas. Veja-se, por exemplo, a relação colhida pela pesquisa de Primitivo Moacyr, que indica os livros distribuídos, em 1866, entre as escolas públicas primárias do Rio de Janeiro:

6607 exemplares de compêndios escolares; 587 de gramática; 652 de “Contos de Schmid”; 565 de história sagrada; 588 de catecismo de doutrina cristã; 95 de história do Brasil; 403 de “Iris clássico”; 423 de catecismo de agricultura; 279 do sistema métrico; 1301 silabário; 1700 de taboadas; e 14 de translados. Em setembro do ano passado foram recebidos na diretoria de instrução os seguintes: 2.000 exemplares de catecismo de doutrina cristã; 1.000 de “Iris clássico”; e ultimamente 1.000 de gramática. (Moacyr, 1939, v. 2, p. 240). Grifos do Autor

Primitivo Moacyr (1939, v. 2, p. 240) reproduz igualmente os custos dessa operação de compra e distribuição de livros, apresentando valores significativos que devem ter movimentado favoravelmente o mercado livreiro nessa ocasião:

Dos 2:000\$000 de réis consignados na lei do orçamento para compra de livros há um saldo de 1:350\$000, tendo sido gasta até agora a quantia de 650\$000. Calculo, diz o diretor, em 4:000\$000 o que provavelmente tem de ser despendido no próximo ano com a aquisição de exemplares de história do Brasil, de que há falta, e bem assim de sistema métrico e ainda a aritmética de Coruja, cuja aprovação pende do Conselho de Instrução

Ainda que aos trancos e barrancos, parece que o mercado constituído pelo público infantil tomava jeito, o que levava os escritores a tomarem providências. Ou, ao menos, a alertarem os colegas, sugerindo-lhes os caminhos a seguir. Eça de Queirós, desde a pátria-mãe, mas tendo em mira o leitor brasileiro, foi um dos que diagnosticou o problema, desde sua experiência de residente na Inglaterra e admirador da cultura – e do comportamento pragmático – dos britânicos. Em “Literatura de natal”, comenta o romancista:

*Uma das coisas encantadoras que nos traz o Natal, são esses lindos livros para crianças, que constituem a **literatura do Natal***

.....
Em Inglaterra existe uma verdadeira literatura para crianças, que tem os seus clássicos e os seus inovadores, um movimento e um mercado, editores e gênios – em nada inferior à nossa literatura de homens sisudos. Aqui, apenas o bebê começa a soletrar, possui logo os seus livros especiais: são obras adoráveis, que não contêm mais de dez ou doze páginas, intercaladas de estampas, impressas em tipo enorme, e de um raro gosto de edição. (...)

.....
Depois, quando o bebê chega aos seus oito ou nove anos, proporciona-se-lhe outra literatura. Os sábios, a barrica, os trambolhões, já não o interessariam: vêm então as histórias de viagens, de caçadas, de naufrágios, de destinos fortes, a salutar crônica do triunfo do esforço humano sobre a resistência da natureza.

*Tudo isto é contado numa linguagem simples, pura, clara – e provando sempre que na vida o êxito pertence àqueles que têm energia, disciplina, sangue-frio e bondade. Raras vezes se leva o espírito da criança para o país do maravilhoso: - não há nestas literaturas nem fantasmas, nem milagres, nem cavernas com dragões de escamas de ouro; isso reserva-se para a gente grande. E quando se fala de anjos ou de fadas é de modo que a criança, naturalmente, venha a rir-se desse lindo sobrenatural, e a considerá-lo do gênero **bonecos** com os seus próprios carneirinhos de algodão.*

.....
As lições morais, que se dão deste modo, são inumeráveis, e tanto mais fecundos quanto saem da ação e da existência dos seres que ela melhor conhece – os seus bonecos.

Depois vêm ainda outros livros para os leitores de doze a quinze anos: popularização de ciências; descrições dramáticas do universo; estudos cativantes do mundo das plantas, do mar, das aves; viagens e descobertas; a história; e, enfim, em livros de imaginação, a vida social apresentada de modo que nem a uma realidade muito crua ponha no espírito tenro securas de misantropia, nem uma falsa idealização produza uma sentimentalidade mórbida.

É no Natal, principalmente, que esta literatura floresce. As lojas dos livreiros são então um paraíso. Não há nada mais

*pitoresco, mais original, mais decorativo que as encadernações inglesas; e as estampas, as cores leves e aguadas, oferecem quase sempre verdadeiras obras de arte, de graça e de **humour**.*

.....
Em Portugal, nada.

Eu às vezes pergunto a mim mesmo o que é que em Portugal lêem as pobres crianças. Creio que se lhes dá Filinto Elísio, Garção, ou outro qualquer desses mazorros sensaborões, quando os infelizes mostram inclinação pela leitura.

Isto é tanto mais atroz quanto a criança portuguesa é excessivamente viva, inteligente e imaginativa. (...)

Em lugar disso, apenas a luz do entendimento se abre aos nossos filhos, sepultamo-la sob grossas camadas de latim! Depois do latim acumulamos a retórica! Depois da retórica atulhamo-la de lógica (de lógica, Deus piedoso!). E assim vamos erguendo até aos céus o monumento da camelice!

Pois bem: eu tenho certeza que uma tal literatura infantil penetraria facilmente nos nossos costumes domésticos e teria uma venda proveitosa. (...) (Queiroz, 1945). Grifos do autor.

Eça de Queirós reitera os tópicos mais candentes da questão, apontando as tarefas mais urgentes, quais sejam:

- não perder de vista o mercado promissor;
- considerar que o leitor é mutante, apresentando graus distintos de maturidade, fato que torna o mercado ainda mais atraente, pois cada criança representa um consumidor que multiplica em pelo menos três vezes sua capacidade aquisitiva; por consequência, cabe adequar tema e linguagem a essas faixas etárias diferenciadas;
- valorizar as lições morais que das histórias se extraem.

O texto sobre literatura de Natal configura com precisão o conceito circulante de literatura infantil, que nasce do reconhecimento:

- da existência de um público específico, situado na classe burguesa, de visível poder aquisitivo e limitado em faixas etárias que, modificando-se,

motivam o aparecimento de obras distintas, a serem consumidas em determinados períodos do crescimento emocional e intelectual;

- da necessidade de adequar as características da ficção – quais sejam, linguagem e narrativa – às singularidades intelectuais e emocionais desse público definido;

- da permanência de uma perspectiva pedagógica e moralizante, que afiance a legitimidade do gênero e garanta sua confiabilidade.

Os dois primeiros tópicos dizem respeito ao consumidor, admitindo sua presença no mercado, a ponto de fazer a literatura se dobrar às suas necessidades, o que afeta a escrita das obras; o terceiro faz o contrapeso, recuperando a participação do adulto – corporificado na família ou na escola – a quem compete avaliar esse tipo de produção para crianças. Eis porque impõe suas condições, que se expressam na necessidade de a literatura para crianças conservar pendor educativo, seu passaporte para a aceitação no universo dos gêneros válidos, socialmente reconhecidos.

No Brasil, ainda são os livros escolares os primeiros a responderem às exigências formuladas por Eça de Queirós. O exemplo mais notável provém de Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, que abasteceu a infância brasileira com uma coleção de *Livro de Leitura*; na imagem de Raul Pompéia (1981, V. 2. p. 32-3), que o satirizou por intermédio da figura inesquecível de Aristarco, em *O Ateneu*, ele “enchia o Império com o seu renome de pedagogo. Eram boletins de propaganda pelas províncias, conferências em diversos pontos da cidade, a pedidos, à sustância, atochando a imprensa dos lugarejos, caixões, sobretudo, de livros elementares, fabricados às pressas com o ofegante e esbaforido concurso de professores prudentemente anônimos, caixões e mais caixões de volumes cartonados em Leipzig, inundando as escolas públicas de toda parte com sua invasão de capas azuis, róseas, amarelas”.

Apesar das hipóboles, Raul Pompéia não devia estar exagerando, pois Primitivo Moacyr (1939, p. 270) constatou, seguindo o relatório do diretor de Instrução do Rio de Janeiro, em 1876, “a dádiva à província de 200 exemplares do 1º livro de leitura; 2000 do 2º; 1000 do 3º feitos pelo Dr. Abílio César Borges.”

Mas o Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro não ficou atrás: também ele se dedicou à meritória atividade de produzir obras adequadas a essa nova massa de leitores. Afinal, conforme Primitivo Moacyr indicava em citação anterior, havia “4:000\$000 [a ser] provavelmente (...) despendido no próximo ano com a aquisição de exemplares de história do Brasil, de que há falta.”. Seu livro *Episódios da história pátria contados à infância*, destinado a escolares, datado, em primeira edição, de 1860, e adotado pelo Conselho Diretor da Instrução Pública, talvez tenha ajudado a sanar a carência. No prólogo, o autor expõe suas intenções:

Não tenho a pretensão de haver escrito um compêndio de história do Brasil mais completo e metódico do que os que atualmente existem; outras foram minhas vistas, diverso o meu plano. Cumpre-me explicá-lo.

Penso que não são as aulas primárias onde se deva aprender a história pátria; pois que à infância que as frequenta falta o necessário desenvolvimento intelectual para bem apreciar as causas de onde demandaram os principais acontecimentos, nem tão pouco pode investigar a verdade no meio de diversas e muitas vezes contrárias opiniões dos historiadores. Julgo conveniente que seja semelhante estudo adiado para mais provectora idade, para que mais fruto dele se possa colher.

Reconheço, por outro lado, a necessidade de dar aos meninos noções rudimentares de história nacional, iniciá-los nas glórias e também nos reveses pátrios, mas de modo agradável, apresentando-lh'os como uma grinalda histórica, ou uma galeria de quadros em que vejam traçados os mais memorandos sucessos. Creio que será esta a mais útil das leituras que lhes possam oferecer.

*Longe estou de haver preenchido este **desideratum**; o livrinho que ora ofereço ao público é um ensaio, uma tentativa, que submeto à correção dos doutos, podendo ser mais tarde melhorado, se disto se fizer digno.*

.....
Desejando compor para a infância uma obrinha extraída dos nossos anais, meu maior galardão será sua utilidade. (Pinheiro, 1864)

À primeira vista, o Cônego estaria redigindo o *Plutarco da mocidade* e tornando realidade o ideal de Almeida Garrett, com seus apanágios:

linguagem acessível, adequação do tema, propósito educativo. Abílio César Borges, com seu estilo paternal que se manifesta carinhosamente mesmo quando adverte o filho, parecia querer seguir o caminho similar. O uso dos vocativos, quando ele se dirige diretamente às crianças, e de diminutivos, como em

O colégio, meus amigos, é um mundozinho; é, a muitos respeitos, uma miniatura da grande sociedade, em que tereis de viver, ficardes homens. (Borges, 1890, p. 263)

Em verdade, caros meninos, quem gostará de ver uma escrita mal feita, toda tremida, com as linhas tortas ou enviezadas, parecendo obra mais das pernas de uma barata, que houvesse caído no tinteiro, do que da pena de um interessante menino? (Borges, 1890, p. 3)

visa mimetizar a fala oral; mas o que consegue é tão-somente reproduzir o autoritarismo com que os estudantes eram tratados em sala de aula. Eis talvez porque deixou lembranças tão amargas na juventude usuária de seu livro, consignadas em texto graças ao depoimento de escritores brasileiros. A mais notável provém de Graciliano Ramos (1970, p. 79), que, antes de ter publicado *Infância*, obra onde, como Raul Pompéia, em *O Ateneu*, se vinga do pedagogo baiano, já tinha declarado:

Voto ao muito ilustre educador Abílio Borges uma profunda aversão. Nunca perdorei àquele respeitável barbaças as horas atroztes que passei a cochilar em cima de um horrível terceiro livro que uns malvados me meteram entre as unhas.

Se esse era o resultado, percebe-se que a literatura brasileira para as crianças tinha de fugir do caminho que conduzia àquele efeito. Os *Plutarcos da mocidade* estavam fora de cogitação. Quem sabe então buscar o estilo mais apropriado, reproduzindo a trajetória da literatura européia para a infância e apelando à tradição popular? Quem sabe também providenciar a separação entre o infantil do escolar, ocupando a atenção para a criança no recesso dos lares e, assim, atingindo simultaneamente seus corações e mentes?

É o que acontece ao final do século XIX, quando a Livraria Quaresma encomenda a Figueiredo Pimentel a escrita de uma coleção de contos para crianças. O editor narra como se deu a produção do livro:

*Toda a gente conhece os **Contos da Carochinha**. São essas histórias que todos nós ouvimos em pequenos, e que sabem as crianças de todos os países. “Há mais de duzentos anos que os contos de Perrault e de seus continuadores deleitam a infância, e a geração que aparecer pode aproveitar”, disse o **Jornal do Comércio**, noticiando a publicação de uma das passadas edições.*

Não se achavam, porém, devidamente colecionados em volume para uso das crianças. As obras, nesse gênero, que havia em português, ou eram mal escritas, e até imortais, ou destinavam-se ao uso da nossa nacionalidade.

O Sr. Figueiredo Pimentel, reunindo-os, prestou relevante serviço à juventude. Lendo alguns deles em francês, espanhol, italiano, alemão e inglês, colhendo outros diretamente da tradição oral, contou-os a seu modo, em linguagem fácil, estilo correntio sem termos bombásticos e rebuscados, como convém, para o fim a que a obra se destina.

*Fez assim um “excelente trabalho de grande utilidade para as escolas, porque, ao mesmo tempo que deleita as crianças, interessando-as com a narração de contos morais muito bem traçados, lhes desperta os sentimentos do Bem, da Religião e da Caridade, principais elementos da educação da infância”, como escreveu o **Diário de Notícias**, desta capital.¹⁰*

Na continuação, o Editor informa os números sinalizadores do sucesso de vendas que foram os **Contos da Carochinha**:

*A presente edição é a vigésima quinta. A primeira, trazendo a data de 14 de abril de 1894, esgotou-se totalmente, em menos de um mês. (...) (...) Perto de cem mil volumes correm de mão em mão, em todos os Estados, em todas as cidades e vilas do Brasil. Rara será a casa que não tenha um ou mais exemplares: os **Contos da Carochinha** penetraram no lar, lidos e relidos, como a Bíblia nos serões da família inglesa; indicaram as escolas públicas e particulares; espalharam-se por toda a parte. (Id. *ibid.* p. 8-9).*

As *Histórias do Arco da Velha*, publicadas pouco tempo depois, experimentaram êxito similar, a ponto do editor comentar:

¹⁰ [Editor]. “Prefácio”. In: Pimentel, Alberto Figueiredo (Org.). **Contos da Carochinha**. 24. ed. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1958, p. 7–8. O “Prefácio” está datado de junho de 1958.

*Pela décima segunda vez imprime-se este livro: **Histórias do Arco da Velha.***

Para quem conhece o que é o pequeno movimento literário no Brasil, o fato de uma obra qualquer chegar à segunda edição, é garantia certa do seu sucesso indiscutível. Assim mesmo, é preciso que se passem anos e anos, além de que, geralmente, as edições são de um, dois, e, quando muito, três mil exemplares.

Assim, pois, a décima segunda edição de um livro no nosso pouco desenvolvimento meio intelectual, é tão anormal que quase chega a ser um milagre.

Esse sucesso (...) só tem alcançado a BIBLIOTECA INFANTIL, dirigida e escrita pelo popularíssimo escritor brasileiro, Sr. Figueiredo Pimentel.

.....
Todas essas obras já estão em mais de uma edição, e ainda não tivemos edição menor de dez mil exemplares, o que quer dizer que se contam por milhões os livros para as crianças espalhados por todo o Brasil, de norte a sul, de leste a oeste, tendo invadido as mais remotas povoações sertanejas.

E tamanho é o êxito que, mal termina uma edição, reeditâmo-la imediatamente; e temos novos livros no prelo.³⁷

O negócio, incipiente à época do *Tesouro dos meninos* e do *Livro de Leitura*, mostra-se agora bem mais rentável, rentabilidade crescente à medida que aumenta a produção. Que se assenta nos seguintes fatores:

- alia escola e família: dirige-se à criança, mas não perde de vista o teor pedagógico, o que torna as obras elegíveis conforme os critérios dos adultos, sejam professores ou familiares; tanto é assim que os contos “desperta(m) os sentimentos do Bem, da Religião e da Caridade, principais elementos da educação da infância”;

- procede a uma higiene lingüística, extraíndo a imoralidade dos textos, corrigindo a redação e facilitando o vocabulário; nasce, pois, o estilo da literatura infantil, “sem termos bombásticos e rebuscados”;

³⁷ Livraria Quaresma Ltda. “Ao leitor”. In: Padilha, Viriato. *Histórias do Arco da Velha*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1959, p. 5 – 6.

- alimenta-se do acervo já constituído da narrativa oral, acompanhando o modelo europeu (igualmente bem sucedido) de criação da literatura infantil; no caso da literatura infantil brasileira, contudo, esse processo apresenta uma peculiaridade: de um lado, o compilador, Figueiredo Pimentel, colheu os contos "diretamente da tradição oral"; de outro, valeu-se dos textos escritos, lidos “em francês, espanhol, italiano, alemão e inglês”, mas originalmente os *Märchen* europeus provenientes do acervo oral.

O apelo às narrativas de circulação oral e procedência popular não se deve, contudo, tão-somente ao desejo de repetir, com o mesmo sucesso, o processo de produção dos *Kinder – und Hausmärchen*, dos irmãos Grimm. O êxito decorre também do fato de que se reproduz, sob a forma de livro, o modo como as crianças brasileiras tomavam conhecimento de histórias fictícias, transmitidas pelos adultos, de preferência mulheres, mais provavelmente pretas, escravas e ex-escravas que assumiam a educação caseira da infância nacional. Não por acaso, Francisco Otaviano discute a seleção de obras para a escola fundamentado no “apego às reminiscências da infância”. E não são poucos os escritores brasileiros que relembram, com nostalgia, as histórias que ouviam, em criança, narradas por uma doméstica, seguidamente preta, escrava ou ex-escrava que os introduzia no mundo encantado da literatura oral.

É a memória dos escritores que registra a importância que tiveram essas mulheres para a manutenção e difusão, no Brasil, dos relatos orais, de origem popular. Graça Aranha refere-se à velha Militina, narradora de histórias empolgantes para o menino amante da aventura e sedento de fantasia:

Enquanto, já de noite, os meus irmãozinhos dormiam, eu velava. Era outra hora desejada, porque a velha Militina me contava as histórias maravilhosas do seu vasto repertório. A imaginação, que durante a tarde se corporificava nas brincadeiras do quintal, trabalhava pela noite a dentro, transportada nos contos e nas lendas.

Esta velha Militina foi uma das educadoras essenciais da minha imaginação. Alimentou-me o espírito infantil de histórias de mil e uma noites, de narrativas medievais, quando não me entretinha com os episódios tenebrosos da crônica maranhense. (...) Militina era uma mulata brancarrona, de cabelo cacheado,

pequenina, enrugada, mirrada, de cara marcada pela bexiga. Tinha alguma educação, certa exaltação espiritual, memória fiel de histórias lidas ou ouvidas, e um dom de contar muito atraente. (Aranha, 1931, p. 52-3)

José Lins do Rego apresenta situação similar:

A velha Totônia amanhecera na casa-grande. A Tia Naninha pediu para ela ficar comigo no quarto meio escuro. A velhinha valia para mim mais que todos os vomitórios. Aos poucos as princesas e os príncipes, o rei e a rainha, as moças encantadas começavam a viver no meio de todos nós. A voz macia da velhinha fazia andar um mundo de coisas extraordinárias. (1957, p. 197)

A velha Totônia trazia na memória os versos de Donana dos cabelos de ouro. A voz fanhosa repetia as estrofes. Era a história de um marido que fora nas Cruzadas arrebatado dos infieis a terra de Deus. (...) As cenas dos encontros eram vividas pela velha Totônia com todos os tons de voz. (p. 198)

Outros escritores introduzem o tipo no interior dos textos ficcionais, lembrado com saudade pelas personagens centrais, sobretudo quando pertencem a membros da elite e foram educados em pequenas localidades do interior, como Paulo, que protagoniza *A esfinge*, de Afrânio Peixoto, romance de 1911:

Passara sertões ouvindo a velha ti'Ana contar histórias aos meninos...histórias que ele aprendera com terror ou curiosidade, que o fizeram rir e às vezes chorar, e muitas vezes recolher-se no sono para sonhar e sofrer com elas, nas indiscrições dos que não se contêm, mesmo dormindo. Eram fadas amáveis, príncipes perfeitos, animais falantes, Nossa Senhora disfarçada, mendigos que eram Nosso Senhor, pequenos heróis humildes, donzelas desvalidas e de destino magnífico, maldades castigadas, prêmio de esforço e da sagacidade...todas começadas pelo constante Era uma vez ou Foi um dia...e terminadas sempre por um vasto bródio ou grande comezaina, onde houvera doces e guloseimas, a que assistira sempre a contadora do caso e de que trouxera uma amostra, mas que no caminho se desviara e perdera ou fora comida por Sancho ou

Martinho, que por isso ficaram barrigudos ou calvos...A pequenada ria do cômico desta maldade, quando a última frase aparecia: entrou por uma porta, saiu por outra, rei meu senhor que me conte outra ... As vozes débeis e a curiosidade incansada queriam mais, e pediam... – Conte outra ... aquela do gato de botas... – Não, a da moura torta... (Peixoto, 1923, p. 323)

Viriato Corrêa, em *Cazuza*, apresenta cena e personagem com tais ingredientes, cabendo a Vovó Candinha compensar a frustração do menino após a ida à escola:

Vovó Candinha é outra figura que nunca se apagou de minha recordação. (...) É que ninguém no mundo contava melhor histórias de fadas do que ela.

Devia ter seus setenta anos: rija, gorda, preta, bem preta e a cabeça branca como algodão em pasta. (...) Após o jantar, vovó Candinha vinha então sentar-se ao batente da porta que dava para o terreiro.

.....
Sentávamo-nos em derredor, caladinhos, de ouvido atento, como não fora tão atento o nosso ouvido na escola.

.....
Não sei se é impressão de meninice, mas a verdade é que até hoje não encontrei ninguém que tivesse mais jeito para contar histórias infantis.(Correa, 1960, p. 24-5)

Em *O professor Jeremias*, de Léo Vaz (1961, p. 61), o narrador recorda Evinha, que lhe deu a “primeira nutrição ao corpo e ao espírito”:

Era uma santa preta, mamã Evinha. Contava-me os horrores do inferno e as delícias do paraíso, de mistura com as façanhas de João e Maria e do Pedro Malazartes. (...)

Foi ela quem me deu, até hoje, o mais belo exemplo de probidade literária. Ela contava-me histórias de seu repertório. Eram as de João e Maria, do Malazartes, do Pequeno Polegar, e algumas outras mais, que Evinha, por sua vez, ouvira a seu tempo.(p. 61-3)

“Pretas velhas” são personagens assíduas na vida de sociedades escravocratas. Passada a época de sua produtividade no trabalho do eito, assumem a tarefa de cuidarem dos filhos e netos dos *patrõezinhos*. A

lembrança delas na memória nacional foi sempre positiva, migrando para a literatura, especialmente para a literatura infantil, onde constituíram um tipo assaz comum numa certa fase da produção de livros para a infância, os anos 30, quando apareceram as obras *Histórias da Velha Totonha*, de José Lins do Rego, *O boi aruá*, de Luiz Jardim, e *Contos da mãe preta* e *Histórias do pai João*, de Osvaldo Orico. Emblemática é Tia Nastácia, criação de Monteiro Lobato, que lhe conferiu o papel de narradora titular dos contos do folclore brasileiro em *Histórias da Tia Nastácia*.⁴⁵

São elas, além disso, que facultam a passagem do oral para o escrito, como ocorre a Graça Aranha, que, fazendo o retrospecto de sua vida infantil, dividida entre a escola e a família, ancora o prazer suscitado pela literatura nas histórias que a preta Militina lhe contava, julgadas por ele verdadeiro “feitiço”:

A imaginação, excitada pela magia selvagem, ia alar-se ainda mais pela infiltração de outro feitiço. Esse, que já me viera nos contos de Militina, aumentava o seu poder transformador nas primeiras leituras clandestinas. (...) O meu desvio foi para os livros das estantes de meu pai. Eu os carregava comigo para o telhado da casa para onde eu passava pela janela do meu quarto de estudos no mirante. Fechava por fora cautelosamente a janela e sentado nas telhas lia desbragadamente. (...) Era a hora, em que eu seguia na tradução portuguesa, Don Quixote e Sancho, e vivia o mundo picaresco e tenebroso de Gil Blás. (...) Para mim que vinha alimentado de fábulas, de magias, de prosa poética e que tinha sede de realidade, Gil Blás foi regalo substancial, que me nutriu para sempre. (Aranha, 1931, p. 79-82)

É o que acontece aos *Contos da Carochinha* e a suas bem sucedidas herdeiras, *Histórias da avozinha* e *Histórias da Baratinha*, de Figueiredo Pimentel, e *Histórias do Arco da Velha*, de Viriato Padilha. Transformam a tradição oral em fonte e inspiração, mas fazem com que o leitor a conheça por intermédio do texto escrito; com isso, o narrador toma

⁴⁵ Cf. a respeito Lajolo, M. e Zilberman, R. *Literatura infantil brasileira: história e histórias*. São Paulo: Ática, 1984. E Lajolo, Marisa & Zilberman, Regina. *Um Brasil para crianças*. Para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores e textos. São Paulo: Global, 1986.

o lugar da “preta velha”, alteração que revela a passagem de um modelo tradicional de economia, fundado no trabalho escravo e na exploração da terra, para um sistema capitalista moderno, dependente do mercado.

A literatura infantil não tematiza esse acontecimento histórico, como fez o romance brasileiro a partir da década de 30; ela o incorpora a seu processo de produção, e sob esse aspecto antecipa a literatura dos adultos. Ao fazê-lo, constitui-se como gênero autônomo com características próprias e inimitáveis, entre as quais se contam:

- o emprego de uma linguagem próxima à oralidade, que reproduz o processo de transmissão de histórias do adulto para a criança;
- o direcionamento do leitor, seja no sentido de orientá-lo intelectual ou emocionalmente, seja no sentido de seduzi-lo;
- a dependência do mercado consumidor, a partir do qual se define e ao qual alimenta em proporções sempre crescentes;
- a proximidade com a literatura escolar, com a qual se confundiu por muito tempo, mas da qual não se livrou, seja porque depende de os professores ensinarem as crianças a ler, seja porque carece de aprovação dos adultos – professores e familiares, mais do que dos críticos e historiadores da literatura, seja porque, de um modo ou de outro, tende a expressar um ensinamento e esperar uma aprendizagem.

Mas também a história da literatura infantil ensina:

- mostra como um gênero nasce, cresce e se desenvolve graças ao fortalecimento de um mercado autônomo, um público com características singulares;
- mostra como público é uma acepção genérica, que nada diz, e que, enquanto conceito, apenas tem sentido se especificar de quem se trata – sejam mulheres, adultos, professores ou crianças;
- mostra, enfim, como, por estar tão próxima do sistema capitalista, ela o traduz e expressa antes de qualquer outro gênero literário fazê-lo e que, só por isso, seu estudo, no conjunto da história da literatura, deveria antecipar todos os outros.

ZILBERMAN, Regina. *Childlike literature and esthetics of reception: teachings of the history*. INSTRUMENTO CRÍTICO. Vilhena, 2: 09-31, 1999.

ABSTRACT: This paper is about the childlike literature in Brazil, in 19th and 20th centuries. In 19th century, the books had a moral aspect: they worry about the civic and moral building of the personality of the child. From 1894, we observe a transposition from oral literature to writing literature: some writers write stories that they had heard when they were children. The “preta velha”, woman slave or ex-slave, who told stories for children of their master was substituted for the narrator in modern childlike literature. Although, they stay like a important character.

KEY-WORDS: Children books; woman slave or ex-slave/narrador; oral literature; childlike literature; emergent public and mart; school and family.

Referências bibliográficas

- ARANHA Graça. *O meu próprio romance*. São Paulo: Nacional, 1931.
- BORGES, Abílio César [Barão de Macaúbas]. *Terceiro livro de leituras para uso das escolas brasileiras*. Nova edição reformada e melhorada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1890.
- CABRAL, Alfredo do Vale. *Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida & Moraes, Rubens Borba de. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: EDUSP; Kosmos, 1993.
- CORRÊA, Viriato. *Cazuza*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1960.
- GARRETT, Almeida. *Obra Completa de Almeida Garrett*. Direção de Teófilo Braga. Rio de Janeiro e Lisboa: H. Antunes, 1904.
- HALLEWELL, Laurence. *Books in Brazil*. A history of the publishing trade. Metuchen & London: The Scarecrow Press, 1982.
- LAJOLO, Marisa & Zilberman, R. *Um Brasil para crianças*. Para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores e textos. São Paulo: Global, 1986.
- LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história & histórias*. São Paulo: Ática, 1984.
- LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
- MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias*. (Subsídios para a história da educação no Brasil). 1835 – 1889. São Paulo: Nacional, 1939.

- PADILHA, Viriato. *Histórias do Arco da Velha*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1959.
- PEIXOTO, Afrânio. *A esfinge*. 5 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1923.
- PIMENTEL, Alberto Figueiredo (Org.). *Contos da Carochinha*. 24. ed. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1958.
- PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Episódios da história pátria contados à infância*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1864.
- POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. In: _____. *Obras*. Organização e notas de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Oficina Literária Afrânio Coutinho; Brasília: FENAME, 1981.
- QUEIROZ, Eça de. *Cartas de Inglaterra*. Porto: Lello & Irmão, 1945.
- RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*. 3. ed. São Paulo: Martins, 1970.
- RAMOS, Vitor. *A edição portuguesa em França (1800 – 1850)*. Repertório geral dos títulos publicados e ensaio crítico. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1972.
- REGO, José Lins do. *Meus verdes anos*. (Memórias). 2. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- RODRIGUES, A. Gonçalves. *A novelística estrangeira em versão portuguesa no período pré-romântico*. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1951.
- SILVA, Manuel Antônio da. *Notícia do catálogo de livros*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1811.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808 – 1821)*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1978.
- VAZ, Léo. *O professor Jeremias*. 4 ed. São Paulo: Monteiro Lobato & C., 1921.